



Internacionalização da Educação Superior: formando cidadãos globais

Internationalization of Higher Education: forming global citizens

Internacionalización de la Educación Superior: formando ciudadanos globales

Janaína Bueno Bady¹
Denise Regina Quaresma da Silva²
Paulo Fossatti³
Hildegard Susana Jung⁴

Citação: BADY, J. B.; SILVA, D. R. Q.; FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. Internacionalização da Educação Superior: formando cidadãos globais. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 03. Janeiro de 2020.



[http:// 10.5380/jpe.v14i0.68722](http://10.5380/jpe.v14i0.68722)

Resumo

O tema deste trabalho são os desafios e as possibilidades da internacionalização na educação superior. Temos como objetivo problematizar os desafios para a Internacionalização na Educação Superior e apontar as suas possibilidades a partir do pensamento de Miranda e Fossatti (2018), Gacel-Ávila (2003), Godoy (1995), Knight (2004), Miranda e Stallivieri (2017), Morin (2005), Rudzki (1998), Sebastián (2004) e Stallivieri (2017a, 2017b). Utilizamos como metodologia qualitativa a revisão sistemática de literatura. A coleta de dados será feita por meio do levantamento bibliográfico e documental. Apresentamos como resultados a exigência de uma política pública para a internacionalização do ensino superior que faça parte de um projeto de Estado, que priorize a competência intercultural como um objetivo curricular chave e que estimule a mobilidade internacional (MIRANDA; FOSSATTI, 2018); a necessidade de internacionalização

¹ Mestra/Educação. Universidade La Salle. Canoas, RS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4336-9265>. E-mail: jana.aletheia@gmail.com.

² Doutora/ Educação. Universidade La Salle. Canoas, RS. Brasil Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3697-8284>. E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br.

³ Doutor/ Universidade La Salle. Canoas, RS. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9767-5674>. E-mail: paulo.fossatti@unilasalle.edu.br.

⁴ Doutora/ Universidade La Salle. Canoas, RS. Brasil . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5871-3060>. E-mail: hildegard.jung@unilasalle.edu.br.

institucional com o intuito de estimular o desenvolvimento igualitário das nações pela oferta de educação e de contemplar a mobilidade acadêmica do corpo docente e discente. Propomos que as instituições acadêmicas ampliem suas dimensões interdisciplinar e intersectorial, fomentando o desenvolvimento sustentável e a formação do pensamento crítico, estimulando as experiências multiculturais e habilitando o indivíduo a ser um cidadão global.

Palavras-chave:

Internacionalização, Educação Superior, Mobilidade Acadêmica, Cidadão Global, Internacionalização Institucional Universitária.

Abstract

In this paper we are approaching challenges and possibilities derived from internationalism in Higher Education. We take as references Miranda and Fossatti (2018), Gacel-Ávila (2003), Godoy (1995), Knight (2004), Miranda and Stallivieri (2017), Morin (2005), Rudzki (1998), Sebastian (2004) and Stallivieri (2017a, 2017b). We employ a qualitative methodology for a systematic review of the literature. Within our collection of data we compose a bibliographical and documentary survey. As a result we are discussing a public policy regarding the internationalization of Higher Education as part of a State Project, which puts as a priority the cultural competence as a key curricular objective that stimulates international mobility (MIRANDA; FOSSATTI, 2018). Also the need for institutional internationalization in order to stimulate a better and equalitarian development of Nations by the offer of education and to contemplate academic mobility of school staff. We propose that academic institutions could broaden their interdisciplinary and intersectorial dimensions, fostering sustainable development and the formation of critical thinking, stimulating multicultural experiences and enabling academic individuals to be global citizens.

Keywords:

Internationalization, College Education, Academic Mobility, Global Citizen, University Institutional Internationalization.

Resumen

El tema de este trabajo son los desafíos y las posibilidades de la internacionalización en la educación superior. Nuestro objetivo es problematizar los desafíos para la internacionalización en la educación superior y señalar sus posibilidades a partir del pensamiento de Miranda y Fossatti (2018 (2018), Gacel-Ávila (2003), Godoy (1995), Knight (2004), Miranda y Stallivieri (2017), Morin (2005), Rudzki (1998), Sebastián (2004) y Stallivieri (2017a, 2017b). Utilizamos como metodología cualitativa la revisión sistemática de la literatura. La recolección de datos se realizará a través de encuesta bibliográfica y documental. Como resultado, presentamos la demanda de una política pública para la internacionalización de la educación superior que sea parte de un proyecto estatal, que priorice la competencia intercultural como un objetivo curricular clave y estimule la movilidad internacional (MIRANDA; FOSSATTI, 2018); La necesidad de una internacionalización institucional para estimular el desarrollo igualitario de las naciones a través de la provisión de educación y para contemplar la movilidad académica de los docentes y estudiantes. Proponemos que las instituciones académicas amplíen sus dimensiones interdisciplinar e intersectorial, fomentando el desarrollo sostenible y la formación de pensamiento crítico, estimulando experiencias multiculturales y permitiendo al individuo ser un ciudadano global.

Palabras clave:

Internacionalización; Educación Universitaria; Movilidad Académica; Ciudadano Global; Internacionalización Institucional Universitaria.

1 Introdução

Marshall McLuhan (1972) refere-se a uma aldeia global como espaço de convergência onde existiriam “redes virtuais” derivadas de avanços tecnológicos generalizados que permitem o compartilhamento instantâneo da cultura. O filósofo acredita em um mundo unificado, numa malha global, numa grande teia democrática que abrigaria a todos. Podemos dizer que o autor anteviu a chegada da internet, cujas redes sociais e informações vindas de todo lugar envolvem as pessoas nas teias de um mundo virtualmente unificado.

O nosso é um mundo de tipo novo do “tudo de uma vez só”. O “tempo” parou, o “espaço” desapareceu. Nós agora vivemos numa aldeia global... um acontecimento simultâneo. [...]. Nós começamos novamente a estruturar o sentimento primordial, as emoções tribais, das quais o ensino alfabetizador nos separou há alguns séculos. (tradução nossa)⁵

A ascensão do conceito de aldeia global fez com que imaginássemos que todas as culturas estão comprimidas em uma supercultura e que uma série de questões se tornassem o foco de preocupação internacional. Embora muitos temam que o avanço de uma aldeia global aumente os conflitos entre culturas, cause uma fragmentação da cultura ou leve à dominação cultural dos países mais desenvolvidos e possivelmente crie culturas híbridas (DIXON, 2009), há os que acreditam que a aldeia global nos permita a percepção dos grandes problemas mundiais como revelação de que estes alcançaram dimensões universais (PUREZA, 1993). Sob esse último ponto de vista, enquanto no passado cada país possuía seus problemas específicos, no presente, os problemas fundamentais se colocariam a todos.

Pureza (1993) afirma ainda que essa natureza global dos problemas e das soluções requeridas leva-nos ao abandono das referências locais fechadas, estimulando imperativos mundiais e a unidade transespacial e transtemporal da humanidade. Assim, surge uma nova lógica à procura de um rigoroso equilíbrio entre Estados em prol dos interesses públicos ou comuns internacionais.

A ideia de Aldeia Global desenvolvida por McLuhan (1972), acrescida de um viés crítico, foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para cultivar esse

⁵ MCLUHAN, H. M.; FIORE, Q. **The Medium is the Message**. An inventory of effects. Londres: Penguin Books, 1967. p. 63. Original em língua inglesa. Disponível em: . Acesso em: 24 ago. 2019.

conceito, no ano de 2000, o então secretário executivo, Kofi Annan, estabeleceu o Pacto Global. A iniciativa, segundo sua plataforma digital, “[...] nasceu da necessidade de mobilizar a comunidade empresarial do mundo para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos em suas práticas de negócios” (2000). Por meio dela, a ONU encoraja empresas de toda a Aldeia Global a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, mantendo um fórum global, aberto e permanente para a aprendizagem e o intercâmbio de boas práticas. Então, outras iniciativas surgiram a partir do Pacto Global, como a concessão do título de Cidadão Global.

Perante esse cenário, na política e na economia, objetiva-se ações de nível internacional na tentativa de encontrar soluções eficientes para os problemas de dimensão planetária. Da mesma forma, a educação deve inverter a lógica que levou McLuhan (1972) a afirmar que o ensino nos separou há séculos da noção de mundo unificado e afastar-se das referências meramente locais para encontrar soluções satisfatórias em um mundo de exigências globais. Na atualidade, espera-se que esse papel de desterritorialidade seja desempenhado pela universidade, conforme constata Stallivieri (2017a).

Portanto, este artigo trata sobre os desafios e as possibilidades da Internacionalização na Educação Superior. O problema aqui exposto direciona-se à seguinte questão: quais os desafios para a Internacionalização na Educação Superior e quais as suas possibilidades? Este estudo qualitativo utiliza como metodologia a revisão sistemática de literatura.

A estrutura do trabalho consiste em: introdução; Internacionalização na Educação Superior: referencial teórico, no qual apresentaremos os conceitos de Internacionalização na Educação Superior; metodologia; análise e discussão dos resultados, no qual refletiremos sobre as exigências e dificuldades para a Internacionalização na Educação Superior e sobre os benefícios dessa internacionalização.

Nosso objetivo é problematizar os desafios para a Internacionalização na Educação Superior a partir do pensamento de Miranda e Fossatti, Gacel-Ávila, Knight, Miranda e Stallivieri, Morin, Rudzki, Sebastián e Stallivieri. Visamos compreender a internacionalização e o novo modelo de educação internacional na formação e no desenvolvimento de profissionais que exerçam suas atividades em qualquer parte do mundo, comunicando-se com estrangeiros de diversas nacionalidades. Propomos o entendimento de que não existe cultura melhor, apenas diferente. Tais profissionais

devem atuar com respeito e flexibilidade diante do desconhecido, reagindo positivamente perante obstáculos e dificuldades e sendo protagonistas da busca pela cidadania global e da paz entre as nações por intermédio de uma educação intercultural.

2 Internacionalização na Educação Superior: referencial teórico

De acordo com Knight (2004), os termos internacional, intercultural e dimensão global são usados intencionalmente como uma tríade, visto que refletem a amplitude da internacionalização. Internacional é uma palavra que tem sido utilizada no sentido das relações entre as culturas e as nações. Entretanto, a internacionalização também está vinculada à diversidade das culturas dos países, das comunidades e das instituições. Dessa forma, “intercultural” é um termo usado referindo-se a aspectos da internacionalização em casa, doméstica. O termo “global” é controverso e, recentemente, prestigiado, diz respeito ao sentimento do âmbito mundial. Esses termos se completam e, conectados, enriquecem o diálogo sobre o processo de internacionalização.

Miranda e Fossatti (2018) veem a internacionalização da educação superior como comprometimento por meio de ações que trabalhem aspectos internacionais e comparativos, mediante o ensino, a pesquisa e as missões de serviço do ensino superior. Esse conceito prevê o global impactando no local e vice-versa, diluindo o que seria uma falsa dicotomia entre ambos.

Os autores explicam que a internacionalização não significa o direcionamento de pessoas a lugares distantes, embora essa mobilidade possa ser uma constante. Todavia, a noção principal encontra-se na mobilidade de ideias espalhadas não apenas pela viagem de pessoas, mas pela internet ou outro meio eletrônico, por exemplo. Aí se encontra o conceito de mobilidade. Não há como considerar a internacionalização apartada do fenômeno da globalização. Os autores definem internacionalização curricular relacionada à internacionalização em casa, que diz respeito às atividades de natureza internacional que aconteçam na instituição de origem e que deem atenção a um currículo internacional, intercultural e global, promovendo um ambiente inclusivo e equitativo, e desenvolvendo capacidades interculturais de comunicação e de compreensão.

Sebastián (2004) expõe a internacionalização como o conjunto de atividades realizadas entre/ou por instituições de educação superior que colaboram no contexto de gestão institucional mediante diversas modalidades do ensino, da pesquisa e da extensão envolvendo toda a comunidade acadêmica. Rudzki (1998) refere-se à internacionalização

como um processo de mudanças organizacionais, no currículo, no desenvolvimento profissional do corpo acadêmico, da equipe administrativa e no desenvolvimento da mobilidade acadêmica, buscando a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades das funções da instituição.

A internacionalização é uma exigência que faz o mercado em um mundo dito globalizado. Por outro lado, Gacel-Ávila (2003) explica que internacionalizar a educação é integrar todas as suas dimensões: a dimensão internacional, intercultural, multidisciplinar e comparada do currículo. É incentivar a mobilidade dos estudantes, o perfil internacional do corpo docente, o uso de métodos pedagógicos convidando estudantes estrangeiros como um recurso educativo nas aulas, as práticas profissionais em contexto de trabalho internacional, a organização de cursos para estrangeiros e a utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação, entre outros.

Stallivieri (2017a) crê que a internacionalização como experiência educativa tem acontecido de diversas formas. Esta vem se colocando como redefinição de posicionamento das instituições no contexto da educação superior. Também vem se constituindo quase como meio de sobrevivência para toda a instituição que possua clareza da relevância de seus objetivos institucionais, que se preocupe com a educação e com a formação de cidadãos, e que pretenda competir em igualdade com as mais renomadas instituições do mundo no novo cenário global.

Apesar da internacionalização ser gradativamente referenciada no âmbito da educação superior como critério de qualidade e como meio para que as universidades respondam às crises e aos desafios de um contexto global complexo, volátil e incerto (STEIN, 2017), não há consenso sobre o significado de internacionalização, e não existe um modelo padronizado para que as universidades ampliem sua dimensão internacional (KNIGHT, 2015).

Guadilla (2005) aponta para as consequências do capitalismo acadêmico, reivindicando a importância da internacionalização cooperativa. Morosini (2006) alia-se à ideia, identificando que a internacionalização da educação superior perante a expansão do sistema e as suas complexidades, faz necessários urgentes estudos e políticas públicas que barrem a perspectiva mercadológica e contribuam para a qualidade acadêmica.

3 Metodologia

A abordagem deste estudo é qualitativa, sendo considerada a forma mais adequada para compreender a natureza do fenômeno estudado: a Internacionalização na Educação Superior com seus desafios e possibilidades. Os estudos que utilizam a metodologia qualitativa permitem descrever a complexidade de certo problema e analisar a relação entre determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por determinados atores (RICHARDSON, 1999). Os dados coletados na revisão de literatura não foram quantificados, dando-se ênfase nesta pesquisa ao viés qualitativo.

Para a elaboração do referencial teórico, procedeu-se uma revisão de literatura disponível nas bases de dados Google Scholar, Ebscohost e Scielo, buscando-se teses, dissertações e artigos científicos publicados sobre o tema no Brasil e no exterior, e livros, utilizando como principais referências: Miranda e Fossatti (2018), Gacel-Ávila (2003), Guadilla (2005), Godoy (1995), Knight (2004, 2015), Miranda e Stallivieri (2017), Morin (2005), Morosini (2006), Rudzki (1998), Sebastián (2004), Stallivieri (2017a, 2017b) e Stein (2017). Também foi feito uso de documento da UNESCO, resultado da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 2009, bem como do Decreto Nº 7.642 do Programa Ciência sem Fronteiras, de 2011.

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa documental é uma das possibilidades da pesquisa qualitativa. Segundo ela, os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser revistos, reexaminados, buscando-se novas e/ou complementares interpretações, constitui o que estamos denominando pesquisa documental.

Posteriormente à coleta de dados feita por meio do levantamento bibliográfico e documental, procedemos à análise do material selecionado, o que possibilitou a análise crítica do tema desafios e possibilidades da Internacionalização na Educação Superior.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 Exigências e dificuldades para a Internacionalização na Educação Superior

Embora existam críticas a uma visão mercadológica da internacionalização, o novo profissional almejado pelo mercado precisa ser competitivo, desejar melhores colocações profissionais, qualificar seu currículo, apresentar excelente domínio de língua estrangeira. Além disso, espera-se que possua capacidade de adaptabilidade em outras nações, bom convívio com estrangeiros, entendimento e aceitação de outras culturas (Stallivieri, 2017a).

As instituições que buscam sua efetiva internacionalização necessitam ter clareza de suas características, condições, perfil, fortalezas e debilidades, elaborando diagnósticos que possibilitem a realização de uma análise rigorosa de seu perfil, contemplando informações sobre todos os seus aspectos, definindo metas e compromissos institucionais, informando e estimulando a participação de todos em iniciativas decorrentes desse processo, definindo ações e indicando os responsáveis pela sua execução, avaliação e redirecionamento posterior (Stallivieri, 2017b).

De acordo com Stallivieri (2017a), há necessidade de um investimento financeiro significativo e um engajamento e articulação humana e institucional considerável a fim de projetar uma instituição internacionalmente. Contudo, existe a possibilidade de que esse investimento apresente menor impacto do que o esperado, caso haja uma adequada preparação de alunos e de grupos intercambistas, bem como o planejamento de atividades com cada um dos programas.

Para a autora supracitada, a instituição necessita verificar a infraestrutura disponível, adaptando-se às novas demandas, criando, se necessário, instâncias administrativas para tratar da internacionalização. A instituição deve indicar um especialista capaz de avaliar e identificar um plano a ser elaborado conjuntamente com ela, apontando dentre os membros de seu corpo um grupo de gestores que possa assumir a responsabilidade da gestão da internacionalização. Este deve estar sensibilizado com a proposta, falar outros idiomas, interagir e negociar em contextos multiculturais, e estabelecer parcerias externas.

Ademais, crê que toda instituição de ensino básico ou superior, pública ou privada, para fazer parte de um processo de internacionalização precisa se reformular e redimensionar seus procedimentos linguísticos, culturais, acadêmicos, administrativos e

logísticos direcionados a todas as suas áreas, mas principalmente aos programas de mobilidade acadêmica internacional. Deve, outrossim, estar atenta aos movimentos mundiais que determinam alguns rumos para a educação, oferecendo à sua comunidade acadêmica condições básicas para a realização de uma experiência internacional.

Também aponta que é necessário que as instituições de ensino superior definam planos de capacitação em línguas estrangeiras, para uma adequada preparação linguística e cultural, inserindo-se em programas de intercâmbio internacional, além de desenvolver seus próprios programas de mobilidade acadêmica internacional para dar conta dessa demanda. Devem compatibilizar seus interesses institucionais com os interesses dos estudantes, baseados nos resultados que são esperados, oferecer subsídios para melhorar o desempenho de estudantes que participam de programas de mobilidade acadêmica, por meio de instrumentos que possibilitem sua capacitação para atuarem em ambientes pluri e multiculturais.

De resto, para a autora, as instituições devem acompanhar os processos de estudantes que cursam disciplinas em instituições estrangeiras, avaliando seu aproveitamento, identificando dificuldades e verificando possibilidades de melhoria. Necessitam desenvolver atividades interculturais, preparatórias e programas de capacitação a professores, gestores e pesquisadores que interagem nesse processo.

A especialista no assunto atesta que a internacionalização no currículo é garantida por meio da leitura de bibliografias estrangeiras, da inclusão de estudos de casos que ocorrem em outros países e da análise de circunstâncias e de problemas solucionados com o olhar de outra cultura. O aluno precisa possuir o domínio da dinâmica da comunicação intercultural, ou seja, o domínio da língua e o aprofundado conhecimento da cultura, sabendo utilizá-los em circunstâncias reais de comunicação com indivíduos de outras nacionalidades, com outras formas de ser, de agir e de pensar.

Ainda conforme Stallivieri (2017a), há dificuldades das instituições de ensino superior em organizar suas estruturas de forma adequada a atender a demanda de participação e de retorno dos alunos de programas de intercâmbio. Diante disso, há possibilidades de aparecerem fatores comprometedores do processo de internacionalização, sobretudo concernentes à mobilidade, como: dificuldades de adaptação cultural, na comunicação e na língua, reprovação nos cursos para os quais os alunos se candidataram, cancelamento ou baixo rendimento nas disciplinas cursadas no exterior, baixo aproveitamento e rendimento acadêmico insatisfatório.

Podem surgir barreiras no processo de internacionalização institucional, tanto por parte dos estudantes quanto dos professores e administradores que fazem parte desse cenário. Muitas delas são oriundas de comodismos, resistências a mudanças, medo do novo, ausência de habilidades e competências interculturais, e falta de domínio de língua estrangeira. Por isso, é fundamental a capacitação sistemática de todos os envolvidos nesse processo, fazendo com que se sintam comprometidos e interessados nos benefícios individuais e coletivos da internacionalização (STALLIVIERI, 2017a).

No entanto, conforme a autora, as instituições de ensino que possuem clareza e responsabilidade devem estar atentas aos desafios atuais e preparar-se para formar seus cidadãos, habilitando-os para o novo mercado e o novo mundo globalizado. Para tanto, precisam adotar uma postura proativa diante desse processo, revendo o conjunto de suas ações estruturantes, seus objetivos, sua missão e visão, e o que pode desencadear ao longo do processo.

Stallivieri (2017a) considera que as ações para a internacionalização necessitam abarcar, prioritariamente, a dinâmica da comunicação intercultural, a cooperação bilateral embasada em valores de reconhecimento e reciprocidade, com forte interesse na mobilidade acadêmica. Além disso, a formação de redes considerando critérios linguísticos, econômicos e geográficos, a proficiência de pelo menos uma língua de comunicação internacional ou franca, a elaboração de um plano de metas estratégicas alinhada com os objetivos do plano de desenvolvimento institucional, a capacitação permanente de todos os envolvidos, e a elaboração conjunta de metas e ações envolvendo toda a comunidade.

Pesquisas indicam que as viagens de estudos e intercâmbio ocorrem praticamente em todos os países, especialmente por serem realizadas independentemente de características geográficas ou climáticas específicas. A educação internacional converteu-se em parte essencial nas balanças comerciais de países como Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia, Reino Unido e Japão, movimentando consideráveis quantias monetárias anualmente (STALLIVIERI, 2017a).

No Brasil, documentos produzidos desde 2009 atestam que, nos últimos anos, a agenda internacional e a cooperação bilateral e multilateral da educação teve uma ampliação, e o nosso país, progressivamente, passou a ser visto como protagonista na área educacional, tanto por países desenvolvidos como em desenvolvimento. Várias colaborações e parcerias estão ocorrendo nos diferentes níveis de educação, desde o

ensino fundamental até o superior e nos planos acadêmico, científico e intelectual (STALLIERI, 2017a).

Em 2011, sentindo a necessidade de acompanhar os movimentos de ordem mundial, o Brasil traçou um programa de mobilidade acadêmica internacional para envio e recepção de estudantes, professores e pesquisadores, o Programa Ciência sem Fronteiras (BRASIL, 2011). O programa buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Esse foi um passo de extrema importância dado pelo governo federal, mas exige algumas reflexões.

Pereira (2015) salienta que o programa Ciência sem Fronteiras foi bastante criticado pelo fato de não ter definido em seu projeto o retorno que os alunos contemplados poderiam ter ofertado à sociedade, principalmente em seus núcleos acadêmicos, compartilhando as experiências adquiridas. Sendo assim, grande parte das instituições de ensino superior se revelou limitada ao gerir pedagogicamente o retorno das competências interculturais vivenciadas no exterior por esses estudantes.

O referido programa passou por uma reformulação em 2017, tendo grandes cortes desde 2014 na quantidade de subsídios, bem como no foco de estudantes a serem contemplados com as bolsas (BUSTAMANTE, 2019), passando o país a não ter uma política governamental ampla, com objetivos definidos, que promova o Brasil como um destino viável para a recepção de estudantes estrangeiros (MIRANDA E STALLIVIERI, 2017). Esses últimos afirmam que atualmente o Brasil carece de um modelo político e socioeconômico eficiente no qual seja possível verificar a delimitação de uma política pública estruturada de internacionalização da educação superior.

Miranda e Fossatti (2018) enfocam que a estruturação de uma política para a internacionalização do ensino superior exige política pública que responda à construção de um projeto de Estado. Esta deve tratar da competência intercultural como um objetivo curricular chave para o desenvolvimento dos cidadãos e da nação e priorizar políticas governamentais que estimulem a mobilidade internacional.

Complementamos que ainda há no Brasil algumas exigências não cumpridas para a real implementação da Internacionalização na Educação Superior. Similarmente, percebemos as dificuldades existentes no contexto referido que impedem o impulsionamento de políticas públicas que visem a estruturação de projetos dessa internacionalização que atendam às necessidades de um mundo globalizado e das

relações interculturais nele estabelecidas. Acreditamos que já houve avanços significativos nesse campo, contudo ainda precisamos progredir em estudos e ações relativas à internacionalização para que possamos desfrutar de seus benefícios.

4.2 Benefícios da Internacionalização na Educação Superior

Stallivieri (2017a) aponta que as instituições em que os processos de internacionalização estão em desenvolvimento, sobretudo de ensino superior, vêm investindo muito na formação de seus docentes e discentes, por meio de programas de capacitação ou de qualificação realizados em instituições no exterior. Nestas, cada vez mais pesquisadores, professores e alunos engajam-se em diversas modalidades de programas educacionais internacionais, sejam eles de longa duração (pós-graduação, graduação sanduíche) ou de curta duração (programas de línguas estrangeiras, congressos, seminários), sendo protagonistas de mobilidade internacional.

A autora acredita que a inclusão da perspectiva intercultural qualifica os ambientes educacionais, tanto pela presença de cidadãos de outros países como pelo contato com outros idiomas, hábitos, culturas, crenças e valores. Explica que a internacionalização tem sido uma realidade e se feito presente na educação devido às exigências do mercado por novos profissionais preparados para transitar em ambientes pluri e multiculturais, que consigam obter adaptação linguística e cultural perante as mais diversas situações. A formação de nível superior com complementação no exterior também passa a ser bastante valorizada em função do novo perfil profissional que é solicitado pelo mercado.

A pesquisadora garante que a mobilidade acadêmica possibilita a frequente interlocução entre as instituições, pesquisadores, professores e alunos engajados nessa experiência, proporcionando ampla disponibilidade de fontes de informação e de material bibliográfico diverso, bem como possibilitando parcerias para a pesquisa e publicações científicas de temas relevantes. Percebe-se que estudantes que têm uma preparação acadêmica, linguística e cultural de vivências internacionais possuem melhores níveis de aproveitamento, podendo contribuir significativamente para a sociedade, já que possuem uma qualificação intercultural com vistas à cidadania global. Morin (2005) ensina que: “Não se pode mais ignorar a urgência da universalização da cidadania, que, por sua vez, requer uma nova ética e, por conseguinte, uma escola de educação e cidadania para todos”.

A mobilidade entre professores, pesquisadores, gestores e estudantes teve um aumento considerável e pontua com alto diferencial aquelas instituições que estão imbricadas nesse objetivo. Os rankings que avaliam a qualidade institucional valorizam mais as instituições que apresentam fluxos de estudantes nacionais e estrangeiros desenvolvendo projetos acadêmicos em seus espaços, valorizando as publicações científicas em periódicos internacionais; reconhecem os pesquisadores que publicam em revistas e jornais internacionais, as ações de cooperação internacional e a mobilidade acadêmica no exterior (STALLIVIERI, 2017a).

Na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da UNESCO em 2009, em Paris, especialistas em Educação de todo o mundo reafirmaram a necessidade apontada em 1998 e 2008 de internacionalização institucional com o objetivo de estimular o desenvolvimento equânime das nações pela oferta de educação. Dentre as recomendações dos especialistas para a internacionalização institucional está a de contemplar a mobilidade acadêmica do corpo docente e discente.

Os ganhos financeiros e o aumento de lucros podem ser fortes motivos para a internacionalização no setor educacional com fins lucrativos e também para instituições sem fins lucrativos que passam por dificuldades financeiras. A instituição ainda pode candidatar-se para obter fundos nacionais e internacionais, visando seu desenvolvimento e a inovação, capacitando a si e a seus colaboradores para competir mundialmente. A captação de recursos está vinculada à capacidade da instituição de situar-se ativamente em discussões de problemáticas de âmbito internacional que contemplem o entendimento de questões da sociedade global e das comunidades internacionais (STALLIVIERI, 2017b).

Os ganhos com a internacionalização resultariam em benefícios para a região onde a instituição está inserida e para as demais localidades em sua área de abrangência. Em consequência, a região encontra maneiras sustentáveis e viáveis de resolver seus problemas. A presença de pesquisadores internacionais beneficia todos os envolvidos, contribuindo para a oxigenação no comportamento acadêmico, para alianças estratégicas nas diferentes áreas do conhecimento e para o apoio aos problemas daquela comunidade (STALLIVIERI, 2017b).

Stallivieri (2017a) indica que, por meio das diferentes possibilidades de ação de cooperação internacional e da internacionalização, as instituições podem: almejar níveis internacionais de visibilidade e de projeção; buscar reconhecimento internacional e a

excelência acadêmica por meio de seus professores e pesquisadores; e atrair estudantes de diversas partes do mundo, fomentando a internacionalização do próprio campus. Igualmente, participar de eventos internacionais e de grupos de pesquisa formados por investigadores de instituições renomadas; produzir e publicar resultados científicos em revistas e periódicos renomados mundialmente; competir em editais internacionais para angariar recursos financeiros de agências de fomento à pesquisa; e enviar seus estudantes para outras instituições, capacitando-os para competir mundialmente. Outrossim, atrair investimentos de toda ordem, possibilitando o desenvolvimento institucional, regional e nacional; ampliar a comunicação com o mundo mediante maior conhecimento de línguas estrangeiras pelos alunos e professores; e ampliar as competências interculturais. Inclusive, possibilitar a colocação dos estudantes no mercado de trabalho internacional e receber os melhores estudantes em seu campus, visando estimular o desempenho e elevar o nível de desenvolvimento de seus próprios estudantes.

Stallivieri (2017a) apresenta os impactos econômicos e sociais da mobilidade acadêmica internacional, cada vez mais fortalecida no âmbito da internacionalização; estes dizem respeito a: profissionalização altamente qualificada da mão de obra de estudantes que foram enviados ao exterior; entrada de novas tecnologias; fortes laços de cooperação acadêmica, científica e tecnológica; inter-relação entre a intelectualidade dos dois países; incentivo à melhoria do capital humano mediante o acesso global de conhecimento; possibilidade de desenvolver e de oferecer currículos internacionalizados; qualidade acadêmica; e protagonismo estudantil.

Com isso, concluímos que os benefícios da Internacionalização na Educação Superior favorecem não apenas o desenvolvimento dos indivíduos, das instituições e de suas comunidades acadêmicas, mas dos locais onde as instituições estão inseridas, possibilitando, sobretudo, a transformação desses indivíduos em cidadãos globais e de suas comunidades em sociedades globais.

5 Considerações finais

No mundo contemporâneo há maior possibilidade de acesso ao ensino, para a formação de cidadãos, e uma maior facilidade para a mobilidade ocorrer, além da velocidade de circulação de informações em todos os espaços. Desse modo, a despeito de muitos temerem que o avanço de um mundo globalizado amplie os atritos entre culturas, gere um esfacelamento da cultura ou leve à prevalência cultural dos países mais desenvolvidos e presumivelmente crie culturas híbridas (DIXON, 2009), faz-se mais necessária a formação para a atuação nacional e internacional, a compreensão do que ocorre nos países do mundo, conscientizando a todos que vivemos numa aldeia global (MCLUHAN, 1972).

Espera-se das instituições de ensino ações proativas direcionadas à internacionalização, preparando pessoas mais qualificadas para novas necessidades profissionais, o que, de fato, têm ocorrido. Notou-se que os estudantes devem ter um conhecimento de línguas estrangeiras e de outras culturas, visão ampla nas áreas de conhecimento e de domínio de informações, habilidades de cooperação e de trocas. Precisam ainda de entendimento da necessidade de compartilhar avanços tecnológicos e científicos com as outras sociedades mundiais, educação para o protagonismo e busca de uma melhor qualidade de vida, além de ter uma visão clara da própria educação internacional.

Um dos maiores desafios para a educação do futuro e para as instituições de ensino é definir como os estudantes podem aprender e ter benefícios na dinâmica da comunicação intercultural. Por conseguinte, propicia-se a eles o desenvolvimento de uma consciência global, proporcionando o contato com a cultura de países estrangeiros e a atuação em ambientes pluri e multiculturais, preparando cidadãos.

As instituições, portanto, iniciaram uma internacionalização curricular que Miranda e Fossatti (2018) definiram como “internacionalização em casa”, relacionada às atividades de natureza internacional que aconteçam numa instituição e que atentem para um currículo internacional, intercultural e global. Stallivieri (2017a) percebe que a internacionalização na educação tem acontecido de várias maneiras como, por exemplo, por meio de programas de capacitação ou de qualificação desenvolvidos em instituições estrangeiras.

A formação superior com complementação no exterior também tem sido muito valorizada em função do novo perfil profissional de cidadão global que é exigência do mercado. Assim, esses progressos que os especialistas chamam de “mobilidade acadêmica”, têm possibilitado o acentuamento do diálogo entre as instituições, pesquisadores, professores e alunos.

Os rankings que avaliam o nível das instituições acadêmicas pontuam melhor as instituições que apresentam fluxos de estudantes, professores e pesquisadores nacionais e estrangeiros desenvolvendo projetos em seus espaços, bem como aquelas que produzem acadêmicos com publicações internacionais. As instituições que já se aprofundaram nessa internacionalização, inclusive, podem competir em editais internacionais para angariar fundos de agências de estímulo à pesquisa.

Além disso, as instituições estão ampliando suas dimensões interdisciplinar e intersetorial, fomentando o desenvolvimento sustentável e a formação do pensamento crítico. Estimular as experiências multiculturais habilita o indivíduo a ser um cidadão global. Para que essa experiência se desenvolva com maior amplitude no Brasil, é imprescindível que o país crie mais políticas públicas de incentivo à internacionalização (MIRANDA; FOSSATTI, 2018), já que o programa Ciência sem Fronteiras (BRASIL, 2011) passou por uma reformulação que reduziu o seu alcance. Também é essencial que as instituições de ensino superior implantem programas de gestão pedagógica com currículo internacional no conteúdo e na forma, o que, como vimos, já está ocorrendo.

Tais mudanças que vêm se dando permitirão que os estudantes tenham uma formação total e sejam preparados para contextos internacionais e multiculturais. As pesquisas e experiências que levarão a uma completa internacionalização do ensino superior devem continuar se desenvolvendo na busca de produzir um cidadão “total” e capaz de responder às expectativas de um mundo globalizado.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 7.642, de 13 De Dezembro de 2011. . Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14. Dez. 2011. Seção 1, p. 7. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/33161563/dou-secao-1-14-12-2011-pg-7>. Acesso em: 29 set. 2019.

DIXON, Violet. Understanding the Implications of a Global Village. **Inquiries Journal**, Boston, v. 1, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.inquiriesjournal.com/articles/1681/understanding-the-implications-of-a-global-village>. Acesso em: 06 dez. 2018.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La internacionalización de la educación superior: paradigma para una Educación Global**. Guadalajara, México: CUSCH-Universidad de Guadalajara, 2003.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

GUADILLA, Carmen García. Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior: interrogantes para América Latina. **Cuadernos del Cendes**, [Caracas, Venezuela], v. 22, n. 58, p. 1-22, jan./ abril 2005.

KNIGHT J. International universities: misunderstandings and emerging models? **Journal of Studies in International Education**, [New York], Sage Publications, v. 19, n. 2, p. 107-121, 2015.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, [New York], Sage Publications, v.8, n.1, p. 5-32, 2004.

BUSTAMANTE, Nathalia. O Ciência sem Fronteiras acabou? Saiba qual é a atual situação do programa. **Estudar Fora.org.** [São Paulo], 16 jul. 2019. Seção Graduação. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/ciencia-sem-fronteiras-acabou-entenda/>. Acesso em: 29 set. 2019.

MCLUHAN, Herbert Marshall. **A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: USP, 1972.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; STALLIVIERI, Luciane. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 589-613, dez. 2017.

MIRANDA, José Alberto Antunes de; FOSSATTI, Paulo. Gestão da Internacionalização da Educação Superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global. **Revista de Educação da PUC Campinas**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 273-289, mai./ago. 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, v. 28, p. 107-124, 2006.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Pacto Global**, 2000. Disponível em: <http://pactoglobal.org.br/o-que-e/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PEREIRA, Vânia Martins. Arranjos de uma política: uma análise sobre o programa Ciência Sem Fronteiras. **Nau Social**, [Bahia, Brasil], v. 6, n. 19, p. 103-117, 2015.

BADY, J. B.; SILVA, D. R. Q.; FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. Internacionalização da Educação Superior: formando cidadãos globais

PUREZA, José Manuel. Globalização e direito internacional da boa vizinhança ao patrimônio comum da humanidade, **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 30, p. 73-89, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDZKI, Romuald Edward John. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice**. Tese (Doutorado em Filosofia), School of Education. University of Newcastle upon Tyne, Newcastle upon Tyne, 1998.

SEBASTIÁN, Jesús. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, [São Paulo], v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017b.

STALLIVIERI, Luciane. **Internacionalização e Intercâmbio: dimensões e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2017a.

STEIN, Sharon. Internationalization for an uncertain future: tensions, paradoxes, and possibilities. **The review of higher education**, [Baltimore, USA], v. 41, n. 1, p. 3-32, 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conferência Mundial de Ensino Superior, 2009, Paris. **Comunicado**. Paris: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em 05 dez 2018.

*Recebido em Novembro de 2019
Aprovado em Dezembro de 2019
Publicado em Janeiro de 2020*



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 14, número 03 – Janeiro de 2020

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gustavo Enrique Fischman, (Arizona State University - USA), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luiz Souza Júnior (UFPB - Brasil), Ney

BADY, J. B.; SILVA, D. R. Q.; FOSSATTI, P.; JUNG, H. S. Internacionalização da Educação Superior:
formando cidadãos globais

Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay),
Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil),
Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Peroni
(UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS
PERIÓDICAS DA UFPR

Arte e diagramação: TIAGO TAVARES (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>